



Reflexões sobre a internacionalização do Português do Brasil – uma resenha de *Para além das fronteiras: a política linguística brasileira de promoção internacional do português*

Reflections on the internationalization of Brazilian Portuguese – a review of *Para além das fronteiras: a política linguística brasileira de promoção internacional do português*

Lauro Sérgio Machado PEREIRA*

DINIZ, Leandro Rodrigues Alves. **Para além das fronteiras: a política linguística brasileira de promoção internacional do português**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2020.

Retrospectiva recebida em: 18.01.2025

Retrospectiva aprovada em: 26.03.2025

Leandro Rodrigues Alves Diniz, professor associado da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), escreveu este livro com o intuito de retomar e atualizar as discussões abordadas em sua tese de doutorado (Diniz, 2012), intitulada *Política linguística do estado brasileiro na contemporaneidade: a institucionalização de mecanismos de promoção da língua nacional no exterior*. A tese foi defendida no Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), sob a orientação da professora Mônica Graciela Zoppi-Fontana e a coorientação da professora Matilde Virginia Ricardi Scaramucci.

Diniz possui uma sólida atuação na área de Português como Língua Adicional, tendo coordenado a coleção didática *Vamos junto(as)! Curso de Português como Língua de Acolhimento* (Nepo/Unicamp, 2021), além de assinar a coautoria da coleção *Mano a*

* Doutor em Linguística pela Universidade de Brasília (UnB). Professor de Língua Inglesa no Instituto Federal do Norte de Minas Gerais (IFNMG), Janaúba, MG – Brasil. lauropereiraifnmg@gmail.com

Mano: português para falantes de espanhol (Bizon; Patrocínio; Diniz, 2020). Seus principais interesses de pesquisa abrangem políticas linguísticas, materiais didáticos de português como Língua de Acolhimento (PLA) e o ensino de PLA para grupos minoritarizados.

O prefácio do livro resenhado é assinado pela professora Ana Cecília Cossi Bizon, que destaca a consistente produção de Diniz no campo das políticas de línguas e do ensino-aprendizagem de PLA. Segundo Bizon, em *Para além das fronteiras: a política linguística brasileira de promoção internacional do português*, o autor reforça a relevância de sua produção acadêmica ao apresentar, mais uma vez, um texto essencial para aqueles interessados nos movimentos políticos voltados à promoção de uma língua. O prefácio explicita que o objetivo da obra é analisar os processos de promoção do português brasileiro no mundo, com foco nas ações implementadas nos últimos anos pelo Ministério das Relações Exteriores (MRE).

Conforme Bizon (2020), a obra oferece um panorama descritivo da área de PLA e analisa estudos sobre internacionalização a partir das ações de expansão da língua portuguesa no mercado mundial de línguas. Diniz propõe uma leitura crítica das ideologias econômicas e de poder que permeiam esse mercado. Para tanto, fundamenta-se na teoria da História das Ideias Linguísticas (HIL) e na Análise de Discurso materialista (AD), com o objetivo de analisar, nas palavras de Bizon (2020, p. 12), “discursos que indicam acentuado movimento de descolonização das políticas linguísticas do Brasil e que significam a língua portuguesa como um instrumento estratégico do Estado Brasileiro”.

Na apresentação do livro, destaca-se que, diante das transformações do cenário geopolítico contemporâneo, os debates sobre questões linguísticas têm ganhado espaço nas agendas de diversos grupos da sociedade civil, dos Estados e de organismos transnacionais. Nesse contexto, iniciativas voltadas à promoção internacional de determinadas línguas, incluindo o português, vêm se fortalecendo. Um exemplo disso é a criação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

(CPLP), que reúne Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste. Entre suas principais iniciativas, destaca-se a implementação de projetos que contribuam para a difusão da língua portuguesa no mundo.

Diante das demandas de promoção do português, Diniz (2020) comenta o papel desempenhado por diferentes organismos em seus respectivos países nesse contexto. Ele destaca que apenas Brasil e Portugal assumem protagonismo na internacionalização da língua portuguesa. Por fim, ressalta e justifica a importância deste livro para a pesquisa sobre políticas linguísticas, argumentando que há uma carência de estudos sobre a política exterior brasileira. De modo geral, a obra busca investigar a política linguística externa do Estado brasileiro, com ênfase na política implementada pelo Itamaraty.

Ao realizar uma avaliação inicial da obra, é possível apontar que o texto do professor Leandro Diniz apresenta uma robusta discussão sobre a internacionalização do português brasileiro. O autor fundamenta sua análise em um arcabouço teórico-metodológico que engloba a perspectiva sociolinguística das Políticas Linguísticas, a HIL, a AD e a Semântica do Acontecimento¹. Essa base teórica é complementada por documentos institucionais e por “textos escritos por ex-leitores² e ex-diretores de CCBs³, publicados, [...], em periódicos especializados, páginas de centros de pesquisa, blogs de CCBs ou mesmo blogs pessoais” (Diniz, 2020, p. 40). Destaca-se, ainda, o aguçado senso crítico que permeia os capítulos da obra, incentivando reflexões sobre a política linguística brasileira de promoção internacional do português sob diferentes perspectivas. Diniz assume um posicionamento preciso diante dos eventos

¹ Segundo Guimarães (2002), a **semântica do acontecimento** é uma abordagem teórica que busca compreender a produção de sentidos na linguagem a partir da relação intrínseca entre discurso e história. Diferente de abordagens estruturais ou referenciais da semântica, essa perspectiva entende que o sentido não é fixo nem pré-determinado, mas se constitui no próprio acontecimento enunciativo, isto é, na materialidade da enunciação situada em um contexto histórico específico.

² Nesta resenha, os termos “leitor” e “leitores” referem-se aos participantes do leitorado.

³ Centros Culturais Brasileiros.

linguísticos, sempre embasado em referenciais teóricos e materiais empíricos como discursos presentes em documentos oficiais, notícias e relatos fornecidos por sujeitos envolvidos na política linguística.

Apesar de denso, o texto de Diniz é fluido e de fácil compreensão, o que, em um primeiro momento, poderia torná-lo acessível a um público acadêmico mais amplo. No entanto, a discussão proposta pressupõe um conhecimento prévio sobre conceitos como “políticas linguísticas”, “internacionalização”, “análise de discurso materialista” e “semântica do acontecimento”, entre outros. Por essa razão, consideramos que a obra é mais indicada a estudantes da pós-graduação (mestrado e doutorado) e àqueles que já possuem leituras basilares sobre políticas linguísticas. Essa ponderação se mantém mesmo diante do esforço do autor em explicar alguns desses conceitos ao longo do texto.

O livro está estruturado em três capítulos. O primeiro, “Percursos teórico-metodológicos”, apresenta considerações sobre a HIL, “que se preocupa com as distintas formas de constituição do saber metalinguístico ao longo da história” (Diniz, 2020, p. 21). Nesse contexto, destaca-se uma especificidade observada nas pesquisas brasileiras: “o político é estruturante das formas do saber metalinguístico” (Diniz, 2020, p. 21). Segundo o autor, essa perspectiva é viabilizada pela AD. Em seguida, discute-se o conceito de política linguística a partir da HIL, em diálogo com a AD e a Semântica do Acontecimento. Além disso, o conceito de política linguística é contrastado com a perspectiva da Sociolinguística, que o define como “a determinação das grandes decisões referentes às relações entre as línguas e a sociedade” (Calvet, 2007, p. 11). De acordo com Diniz, as políticas linguísticas são classicamente compreendidas a partir do binômio política linguística/planejamento linguístico.

Tomando como base a abordagem de Calvet (2007) em relação às políticas linguísticas, concordamos com a crítica feita por Diniz ao destacar que a definição de Calvet coloca em segundo plano os efeitos das ações de implementação e institucionalização das políticas linguísticas que não são chanceladas pelo Estado. Ou

seja, o questionamento levantado por Diniz chama a atenção para as forças que emergem da/na base da sociedade e que podem influenciar as práticas sociais de linguagem. Para Diniz (2020, p. 26), o conceito de política linguística adotado por Calvet “oblitera, de certa forma, o fato de que todo conhecimento se inscreve em condições de produção específicas”.

Isso posto, enfatiza-se a importância do conceito de “espaço de enunciação” (Guimarães, 2002), que se refere a espaços políticos de funcionamento das línguas, marcados por disputas que constituem os sujeitos falantes. Em seguida, a obra discorre sobre o conceito de “política linguística exterior”, que tem origem nas práticas das potências coloniais e pode ser compreendido como um tipo de conhecimento que possibilita aos países ampliar a visibilidade de sua língua nacional em diferentes continentes. Por fim, o autor apresenta o *corpus* da pesquisa e os procedimentos metodológicos, discute o conceito de “instituição” e retoma algumas questões que serão abordadas nos capítulos 2 e 3, dando continuidade à análise da política linguística do Itamaraty.

O *corpus* da pesquisa é composto por textos jurídicos relacionados à promoção do português no exterior pelo Estado brasileiro, além de documentos que abordam a organização e o funcionamento da Divisão de Promoção da Língua Portuguesa (DPLP) e aqueles que descrevem os Centros Culturais Brasileiros (CCBs) e suas atividades. Destaca-se, ainda, que Diniz (2020) adota um conceito de “instituição” como “acontecimentos discursivos” configurados por uma textualidade. Nas palavras do autor (2020, p. 38), a “instituição” é uma “organização discursiva resultante de processos e percursos históricos por meio dos quais ocorre a estabilização de determinados sentidos, concomitantemente à legitimação de práticas ou condutas sociais”.

A partir dos pontos levantados no Capítulo 1, Diniz conclui, ainda que parcialmente, que:

1. O conceito de política linguística não se restringe ao planejamento linguístico, uma vez que a língua e as práticas linguísticas são inerentemente políticas.
2. A gestão do plurilinguismo *in vitro* não existe.
3. É necessário revisar o conceito de “atores” de uma política linguística, pois eles não se veem nem são vistos como representantes dessa política, mas sim como **sujeitos da/à política linguística**, influenciados por um espaço de enunciação.

No segundo capítulo, “A Divisão de Promoção da Língua Portuguesa (DPLP): organização, distribuição e institucionalização”, o autor faz um percurso analítico que se inicia com a apresentação dos CCBs, dos Núcleos de Estudos Brasileiros (NEBs) e dos leitorados. Em seguida, compila e organiza dados sobre a presença da Rede Brasil Cultural (RBC) ao redor do mundo, o que possibilita uma visão panorâmica de sua história. O objetivo do autor é também traçar um panorama das principais ações do MRE para a promoção internacional do português brasileiro.

Com o intuito de aprofundar a discussão, Diniz analisa a área de atuação dos CCBs, enfocando os efeitos de sentido decorrentes da mudança na designação de “Centro de Estudos Brasileiros” para “Centro Cultural Brasil-País-Sede”, conforme determinação da DPLP em 2008. O autor também discute o imaginário sobre o leitor, ressaltando que, para assumir essa função, é pré-requisito possuir a nacionalidade brasileira. Essa exigência evidencia um discurso que constrói o sentido de que o leitor é um representante diplomático do Brasil. Além disso, Diniz chama a atenção para a polêmica em torno de quem ou o que o leitor deve representar, argumentando que, apesar dessa controvérsia, ele é interpretado como um representante cultural do Brasil.

No Capítulo 2, Diniz chega a algumas conclusões parciais, a saber:

1. “O Estado brasileiro implementou suas primeiras ações mais explícitas de política linguística no exterior relativamente cedo, especificamente na década de 1940” (Diniz, 2020, p. 104).
2. A história da América Latina evidencia que a Língua Portuguesa e a cultura brasileira foram mais divulgadas fora dos espaços acadêmicos, diferentemente

da Europa, “onde a política linguística atinge sobretudo o meio universitário” (Diniz, 2020, p. 104).

3. As atividades desenvolvidas no âmbito do programa de leitorado vão “muito além do que preveem as portarias de 1999 e 2006 da Capes, que restringem sua atuação ao ensino das chamadas língua, cultura e literatura nacionais em universidades estrangeiras” (Diniz, 2020, p. 104-105).
4. Os CCBs dizem respeito ao Estado brasileiro e a outros Estados; já nos leitorados, a relação se estabelece entre um indivíduo e uma instituição estrangeira. Esse indivíduo, obrigatoriamente brasileiro, assume o papel de representante do Estado e da cultura brasileira. Assim, a docência torna-se um “lugar de representação do Brasil no exterior” (Diniz, 2020, p. 107).
5. O leitorado se configura “como um espaço de representação diplomática” (Diniz, 2020, p. 108). Segundo Diniz (2020, p. 108), “constrói-se por meio da língua – enquanto signo da cultura brasileira –, um lugar de representação do Brasil”. Ressalta-se que essa língua não é qualquer língua, mas o português, que historicamente participou da construção do ideal de unidade do Estado Nacional.

Ao final do Capítulo 2, o autor nos conduz à discussão que fará no Capítulo 3, afirmando que seu objetivo é compreender os processos discursivos da política linguística brasileira. O seu argumento central é que:

a mudança na designação ‘Centro de Estudos Brasileiros’ para ‘Centro Cultural Brasil-X’, bem como o fato de que os leitores sejam, invariavelmente, significados como representantes culturais, são indícios de um apelo à cultura que produz, entre seus efeitos, o silenciamento dos vínculos da política linguística em questão com interesses estratégicos do Estado brasileiro (Diniz, 2020, p. 108).

Nesse sentido, Diniz considera que a diversidade no perfil dos leitores permitirá evidenciar algumas características essenciais do funcionamento da política linguística exterior do Estado brasileiro.

No terceiro capítulo, “O funcionamento da política linguística exterior do Itamaraty: Algumas características constitutivas”, o autor analisa aspectos fundamentais dessa política. Primeiramente, discute a natureza descontínua e descentrada da política linguística exterior do Itamaraty, associando essa característica às condições de produção em que se insere. Ele argumenta que, apesar da existência desse movimento, o viés linguístico acaba se apagando no discurso político, uma vez que a política linguística exterior brasileira é frequentemente assimilada à política cultural. Em um segundo momento, examina o funcionamento político do apelo à cultura para, posteriormente, ressaltar que a política linguística exterior brasileira se sustenta pelo “apagamento de sua natureza política, por meio de um movimento que tende a silenciar seus veículos com interesses estratégicos da política externa” (Diniz, 2020, p. 109).

Com base nos silenciamentos observados no *corpus* de pesquisa, o autor defende que a promoção internacional do português está alinhada aos interesses da política externa brasileira e que, quando redirecionados, esses interesses podem provocar rearranjos na configuração da RBC. Diniz (2020) também evidencia os embates que a política brasileira de promoção do português suscita em relação a Portugal e à CPLP. Por fim, argumenta que a política linguística promovida pelo Itamaraty integra um processo de descolonização linguística. Nesse contexto, o Português do Brasil, antes estigmatizado em diferentes condições de produção, passa a ser visto, em certos discursos, como mais adequado à internacionalização do que o português europeu. O capítulo se encerra com uma reflexão sobre o funcionamento da política linguística exterior do MRE.

Ao final do Capítulo 3, Diniz destaca as seguintes ponderações:

1. “A política linguística exterior brasileira é significada como parte de uma política cultural maior, de tal forma que o ensino da língua portuguesa, [...] se ‘dilui’ em meio a diversas outras ações culturais levadas a cabo pela RBC” (Diniz, 2020, p. 187, grifo do autor).

2. O enfoque cultural presente na política linguística exterior brasileira contribui para silenciar sua natureza política, o que também é reforçado pela ausência da expressão “política linguística” e pela presença da expressão “política cultural” nos discursos do Itamaraty.
3. Os relatos dos participantes do leitorado indicam que, apesar de ser importante aos leitores compreenderem que seu trabalho faz parte de um projeto político-cultural do governo brasileiro, é necessário refletir criticamente sobre o fato de que “a possibilidade de se pensar o trabalho dos leitores como parte da **política externa** do Brasil não aparece aí contemplada” (Diniz, 2020, p. 187).
4. A ausência de aspectos geopolíticos e econômicos na divulgação do português no exterior pelo Estado brasileiro é tão significativa que “os próprios sujeitos responsáveis pela implementação das ações podem [...] conceber seu trabalho [...] como o de meros agentes culturais, e não como o de agentes da política externa brasileira” (Diniz, 2020, p. 189).
5. É fundamental considerar que não se pode “reduzir as formas de uma política linguística à vontade e reflexão estratégica de seus ‘atores’, que, como sujeitos constituídos por um espaço de enunciação, também estão sujeitos às políticas de línguas que regulamentam esse espaço” (Diniz, 2020, p. 189, grifo do autor).
6. O conceito de política linguística não é autônomo, pois encontra coerência com a dimensão mais ampla da política externa de um país.

Nas considerações finais, o autor retoma os argumentos da obra, frisando as características centrais da política linguística exterior do Estado brasileiro na atualidade. Em seguida, analisa a proposta de criação do Instituto Machado de Assis, cujo objetivo seria coordenar as políticas linguísticas do Português no Brasil e no exterior. Diniz argumenta que esse projeto e os impasses para sua implementação são sustentados por processos discursivos que destituem as dimensões geopolítica e econômica da promoção da língua portuguesa de uma perspectiva transnacional.

A primeira característica da política linguística exterior brasileira refere-se ao seu caráter colonialista e imperialista, herdado de Portugal, acionado em espaços de enunciação de países latino-americanos no processo de promoção da língua portuguesa. Além disso, a política linguística exterior brasileira não reconhece, de imediato, os interesses estratégicos do Estado, o que contribui para o silenciamento da natureza política de suas ações, as quais terminam por valorizar um discurso meramente político-cultural. Na contramão desse discurso, o movimento de descolonização linguística exerce um papel importante no processo de internacionalização do português brasileiro, que se reinventa ao não se alinhar, em termos discursivos, à língua do Estado brasileiro e suas estruturas ideológicas. No cenário atual, associar a língua portuguesa à cultura brasileira é positivo para sua internacionalização, uma vez que, pelo processo de “capitalização linguística”, adquire valor simbólico de troca econômica (Zoppi-Fontana, 2009).

No que se refere ao papel político dos participantes do programa leitorado, Diniz problematiza a questão de que a denegação do político presente nos discursos empíricos analisados decorre de um efeito ideológico que reconhece como ações de políticas linguísticas apenas aquelas elaboradas por responsáveis pelo planejamento linguístico. Nesse contexto, o fato de os leitores participarem dessa política como embaixadores da cultura brasileira, por meio do conhecimento que possuem sobre o português do Brasil, não é suficiente para atribuir valor político às suas ações.

Ao encaminhar suas considerações finais, Diniz reflete sobre o Instituto Machado de Assis (IMA), cuja proposta de criação foi anunciada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva em 2005, durante a VIII Cimeira Luso-Brasileira, realizada no Porto. Para tanto, o autor analisou notícias jornalísticas e observou, a partir das escolhas lexicais das vozes presentes nos textos, que a língua portuguesa é designada por uma dupla determinação discursiva: língua nacional e língua transnacional. Observou-se que há um litígio entre os objetivos perseguidos pelo Brasil, por Portugal e pela CPLP no que concerne à política linguística do português. Após levantar

questionamentos sobre essa dinâmica, Diniz conclui o seu livro com a seguinte reflexão sobre a política exterior brasileira:

Em constante movimento, os novos movimentos da política linguística exterior do Estado brasileiro refazem - ou reforçam? - os nós de uma complexa trama discursiva sobre a qual aqui nos debruçamos. Trama essa que, sustentada em processos histórico-ideológicos contraditórios de colonização e descolonização linguística, intervém na relação - inexoravelmente política - entre a língua (trans)nacional brasileira e as outras línguas presentes nos espaços de enunciação em constante reconfiguração pelos movimentos de globalização contemporâneos (Diniz, 2020, p. 212).

Diante da complexidade e das contradições que envolvem o estabelecimento de uma política linguística exterior para a promoção internacional do português brasileiro, algumas questões levantadas ao longo do texto de Diniz estimulam uma reflexão crítica. Entre elas, destaca-se o fato de que, embora o Brasil seja classificado no sistema global contemporâneo como um país semiperiférico e, portanto, detenha representatividade tanto política quanto econômica, essa condição ainda não parece ter sido plenamente incorporada pelos responsáveis pelo planejamento linguístico como estratégia para ampliar a visibilidade do português do Brasil em diferentes continentes.

Nesse sentido, entende-se que o colonialismo europeu, legado de Portugal, interfere discursivamente no reconhecimento da relevância do aspecto intrinsecamente linguístico – e não apenas cultural – da língua enquanto *soft power* (poder brando, associado à atração e persuasão) (Nye, 2004). Tal reconhecimento contribui para o fortalecimento da identidade internacional do Brasil. Ao mesmo tempo, essa discussão abre espaço para uma reflexão sobre a importância de o Brasil investir em políticas de cooperação e integração regional com países do eixo Sul-Sul que compartilham de sua posição geopolítica, como estratégia para fortalecer sua política linguística exterior. É fundamental, contudo, assegurar que ações de caráter colonialista não sejam reproduzidas nessas relações.

Por essas razões, a leitura deste livro se mostra relevante não apenas para linguistas e linguistas aplicados, mas também para pedagogos, professores de línguas, cientistas sociais, historiadores e assessores de relações internacionais interessados em explorar as interseções entre língua, poder e geopolítica na formulação de políticas educacionais e linguísticas.

Para pedagogos e professores de línguas, a obra proporciona reflexões sobre como o ensino de línguas pode ser atravessado por relações de poder e como práticas pedagógicas podem ser conduzidas de forma crítica e emancipatória. Cientistas sociais encontrarão subsídios para analisar as dinâmicas sociopolíticas que sustentam a internacionalização do português e sua instrumentalização como *soft power*. Historiadores poderão investigar a continuidade de influências coloniais nas relações linguísticas e culturais do Brasil, bem como os desafios de superá-las em um cenário de cooperação Sul-Sul. Já assessores de relações internacionais terão a oportunidade de compreender como a política linguística pode atuar como ferramenta diplomática e de inserção internacional do Brasil, ao mesmo tempo em que devem considerar estratégias para evitar a reprodução de lógicas colonialistas nas iniciativas de promoção do português no exterior.

Referências

BIZON, A. C. C. Prefácio. In: DINIZ, L. R. A. **Para além das fronteiras: a política linguística brasileira de promoção internacional do português**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2020. p. 11-13. DOI <https://doi.org/10.7476/9786558580461.0001>

BIZON, A. C. C.; PATROCÍNIO, E. M. F. do; DINIZ, L. R. A. **Mano a Mano: Português para Falantes de Espanhol – Volume 1: Básico**. 1. ed. Abingdon: Routledge, 2020. DOI <https://doi.org/10.4324/9781315105222>

CALVET, L.-J. **As políticas linguísticas**. São Paulo: Parábola, 2007.

DINIZ, L. R. A. **Política linguística do Estado brasileiro na contemporaneidade: a institucionalização de mecanismos de promoção da língua nacional no exterior**. 2012.

378 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012.

DINIZ, L. R. A. **Para além das fronteiras**: a política linguística brasileira de promoção internacional do português. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2020. DOI <https://doi.org/10.7476/9786558580461>

GUIMARÃES, E. **Semântica do Acontecimento**. Campinas: Pontes, 2002.

NEPO/UNICAMP. **Vamos Juntos(as)! Curso de Português como Língua de Acolhimento**: Me virando no dia a dia. Campinas: Nepo/Unicamp, 2021.

NYE, J. S. **Soft Power**: The Means to Success in World Politics. Nova York: Public Affairs, 2004.

ZOPPI-FONTANA, M. G. O português do Brasil como língua transnacional. *In*: ZOPPI-FONTANA, M. G. (org.). **O português do Brasil como língua transnacional**. Campinas: RG, 2009. p. 13-41.